

Revelando a Proveniência

NO RASTREIO DAS ARMAS DURANTE E DEPOIS DE CONFLITOS

Armas são evidências. A maioria delas possui marcas que, em combinação com suas características estruturais, as identificam de forma singular. Se as armas podem ser identificadas singularmente, é possível rastrear a história dos seus proprietários e assim revelar o momento em que estas armas foram desviadas para uma esfera ilícita. O rastreo de armas pode ajudar a descobrir canais de abastecimentos ilícitos, proporcionando uma base segura para impedir este comércio e punir os envolvidos.

Este capítulo explora o processo e o potencial do rastreo de armas em situações de conflito e pós-conflito. Tem como objetivo ser um guia prático para o rastreo de armas pequenas e leves e suas munições em situações de conflito e de pós-conflito. As suas principais conclusões são as seguintes:

- Entre 1998 e 2008 a comunidade internacional investiu 2,3 mil milhões de dolares americanos em desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), entre outras iniciativas, com o objetivo de chamar a atenção para o problema da proliferação de armas ilícitas.
- Cerca de 75 por cento da coleção de registos de armas das Nações Unidas e seus associados, revistos para este capítulo, são demasiado ambíguos para permitirem um rastreo das armas.
- Não há provas que levem a crer que qualquer destas 330.000 armas registadas durante esta iniciativa tenha sido analisada amplamente para averiguar os seus tipos e origens.

Bases do rastreo

As Nações Unidas definiram o rastreo de armas leves como:

rastreo sistemático de armas pequenas e armamentos ligeiros ilícitos encontrados ou apreendidos no território de um Estado do momento da sua fabricação ou importação, passando pelas linhas de abastecimento, até o momento em que estas armas se tornam ilegais.

O primeiro passo em qualquer operação de rastreo é identificar claramente a arma de interesse com base nas suas características físicas e marcas. O segundo passo seria então, com a colaboração dos Estados que fabricam e exportam a arma, ir ao encaixe das mudanças de proprietários através dos registos documentais à disposição. O objetivo final, tantas vezes ilusório, do rastreo de armas, é identificar o ponto na cadeia comercial em que as armas legais passam para o comércio ilícito. Os três pilares de caracterização, de continuidade nos registos e de cooperação são essenciais para o sucesso do rastreo.

Marcação: Armas que não são marcadas não podem ser identificadas singularmente. Enquanto o design de armas possibilitar que peças importantes identifiquem seus fabricantes, estas marcas indicadoras do fabricante e do país de fabricação são normalmente indispensáveis. Em todo o caso, a presença de um único número de série permite a distinção de uma arma entre centenas ou milhares de outras armas, que possam ter sido produzidas numa fábrica específica. Além disto, se os países marcarem as armas que importam, os trabalhos de rastreo alcançarão provavelmente melhores resultados.

Alguns Estados, no entanto, marcam as armas militares de forma que é possível mesmo a quem não seja perito identificar o fabricante. Embora eles tenham a obrigação legal de importar armas marcadas, só uma pequena parte dos 74 assinantes do protocolo de armas de fogo da ONU o faz.

Apenas alguns dos 74 assinantes do protocolo de armas de fogo da ONU importam armas marcadas.

Figura 3.8 **Marca de importação Iraquiana numa AKM de fabricação russa**



© James Bevan. Arma com a permissão de Royal Armouries, Reino Unido

Tabela 3.7 Números de armas rastreáveis registradas em arquivos coletados pelas agências da ONU

Programa	Agência de implementação	Números de armas registradas*	Número de armas rastreáveis**	Porcentual de armas rastreáveis
República do Congo (2006)	Programa de desenvolvimento da ONU	1,308	0	0.0
Libéria (2004)	Missão da ONU na Libéria	21,630	5,490	25.4
Kosovo (2000-02)	Programa de desenvolvimento da ONU, Serviço de Controle do Kosovo	4,867	1,455	29.9
Total/média		27,805	6,945	25.0

* Indicadores excluem munições e itens auxiliares

** O número de armas registradas com detalhes suficientes para fazer um pedido de rastreio (sem garantias de sucesso) - incluindo modelo (e, ou por extensão, fabricante) e número de série. Os números são generosos porque incluem alguns registros que têm múltiplos, ou seja, sucessivos números de série mas sem designação de modelo - pressupondo que, através de uma larga pesquisa, seria provavelmente possível identificar os fabricantes de armas.

Fontes: República do Congo: correspondência eletrônica com Hervé Gonsolin, CTP Armes Légères et Violence Armée, UNDP Burundi - BINUB, 2 de Setembro de 2008; Libéria: UNMIL (2005); Kosovo: KPIS (2002).

Continuidade do registro: Elementos chave da história de uma arma – em particular, mudanças de proprietário – devem ser registrados para possibilitar o seu rastreio. Os registros devem ser precisos, abrangentes e de fácil acesso para que os investigadores possam ter alguma chance de estabelecer ligações em relação à história da arma. As informações essenciais incluem o tipo e o modelo da arma, o seu número de série, e o destacamento para o qual esta foi transferida.

Cooperação no rastreio: Mesmo que as marcas necessárias e as exigências de continuidade dos registros tenham sido satisfeitas, as tentativas de rastreio serão rapidamente interrompidas se os países de fabricação ou importação – ou entidades comerciais dentro destes países – não cooperarem para os pedidos de rastreio. Depois da arma ser identificada e diferenciada, normalmente um investigador procura assistência para o rastreio, pedindo auxílio ao país fabricante.

Às vezes os investigadores contatam diretamente as companhias comerciais importantes. Depois disto eles seguem a sequência de registros voltando no tempo – se possível até o momento em que a arma foi desviada para a esfera ilícita

Estados respondem apenas 30 por cento dos pedidos de rastreio.

Não há, no entanto, nenhum mecanismo abrangente que facilite o pedido de acompanhamento de conflitos. Quando organizações ou grupos como o Comitê de Sanções da ONU requerem informações sobre a transferência de armas em zonas de conflito, costumam fazer um pedido ad hoc aos governos nacionais, agências de exportação, produtores ou outras entidades. O resultado é diverso. Até hoje a falta de cooperação entre os fabricantes e os Estados é a norma, ao invés da exceção. Entre 2006 e 2007, por exemplo, os Estados responderam apenas 30 por cento dos pedidos de rastreio do Comitê de Sanções da ONU.

A pesquisa sobre conflito poderia obter um maior êxito, se a maioria dos Estado produtores ou exportadores de armas cooperassem de maneira mais próxima com investigadores locais, regionais ou investigadores enviados pela ONU. A cooperação fortalecida poderia ser incorporada em acordos de execuções de leis existentes a níveis regionais e internacionais. Entre outras coisas, tais acordos especificariam as modalidades de acesso e uso de informações delicadas.

Conclusão

Apesar de mais de uma década de dedicação à identificação e rastreio de armas leves, até agora a comunidade internacional não fez nenhum uso importante do rastreio de armas em contextos de conflito e pós-conflito. Organizações com mandatos de preservação da paz pós-conflito ou desarmamento, tais como a ONU, dão muito pouca atenção ao supervisionamento, registro e rastreio de armas.

A comunidade internacional, de uma forma mais geral, tem dado pouca atenção ao valor do rastreio de armas ou ao melhoramento da cooperação internacional com respeito aos pedidos de rastreio. Para o sucesso do controle da proliferação ilícita de armas pequenas e armamento leve é necessário serem encontradas, acima de tudo, evidências seguras sobre o comércio ilícito e a sua dinâmica específica. As próprias armas podem provar tais evidências – mas só se as organizações registarem as informações de forma abrangente e os Estados e entidades comerciais cooperarem totalmente para os pedidos de rastreio. ❖